

## AO RÉS DO CHÃO: HISTÓRIA E LITERATURA<sup>1</sup>

Diego José Fernandes<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [diego5739@gmail.com](mailto:diego5739@gmail.com)

### RESUMO

O presente texto discute a relação entre história e literatura a partir da análise de duas propostas de historicização dos romances de José Lins do Rego, exemplificada pela obra de dois historiadores e dois críticos literários. A primeira proposta discutida é a historicização discursiva e a segunda é a historicização biográfica. Objetiva-se enfatizar a historicidade da literatura, por meio de exemplos de historicização desta produção. Trata-se, assim, de discutir a historicidade de obras literárias.

**Palavras – chaves:** História – Literatura – Historicização – José Lins do Rego

### ABSTRACT

This paper discuss the relation between history and literature based on the study of two historization propositions from the romances of José Lins do Rego which are exemplified by the work of two historians and two literature critics. The first discussed proposition is discursive historization and the second is biographical historization. The goal of this work is to emphasize the historicity of literature using historization examples from this kind of work. Therefore, this paper intends to discuss the historicity of literature works.

**Keywords:** History – Literature – Historization – José Lins do Rego

*Diante dos poetas e prosadores do Olimpo das letras, não passamos com o chapéu a mão, curvando-nos respeitosamente. Chapéu à banda, passamos gingando. Por obrigação de ofício, historiadores [...] são profanadores (CHALOUB & PEREIRA, 1998, 4).*

História e literatura; o que nos vem à mente quando pensamos nesses dois saberes? Quais as discussões que nos ocorrem logo quando falamos em história e literatura? Provavelmente, pensamos em temas ligados a verdade, narrativa, ficção,

---

<sup>1</sup> Trabalho fruto da disciplina - do PPGH da UFRN - “seminário de pesquisa Linha II (cultura, poder e representações espaciais)”, ministrado pelo professor Dr. Henrique Alonso. A este agradeço as sugestões. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no III seminário internacional História e Historiografia, realizado em Fortaleza, no simpósio temático história e literatura.

<sup>2</sup> Licenciado em História pela UFRN e mestrando nessa mesma instituição no programa de pós-graduação em História.

fantasia, objetividade etc. Nas últimas décadas, as discussões sobre história e literatura quase sempre tem nos encaminhado para uma discussão mais teórica, reflexiva, dentro do campo historiográfico da teoria ou epistemologia da história. A reflexão que envolve aquelas duas modalidades de conhecimento está essencialmente marcada por uma dimensão epistemológica, isto é, uma meditação sobre a história e a literatura enquanto conhecimento, enquanto um saber específico. Daí porque o debate recai quase sempre sobre a questão da afirmação ou negação da cientificidade da história. É quase sempre um “perguntar-se pela escrita da história” (LIMA, 2006, 395-423), e não um perguntar-se pela historicidade da literatura. O que nos sugere que os historiadores têm estado muito mais preocupados, quando se trata de história e literatura, com a dimensão literária da musa Clio, seja para afirma-la ou para negá-la.

Talvez, essa ênfase na discussão teórica tenha a ver com o “ataque” que os historiadores sofreram nos anos 1970 do século passado, com a obra do crítico literário norte-americano Hayden White. Em 1973, este publicara seu *Meta-história*, um estudo profundo sobre a narrativa historiográfica de historiadores (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhard) e filósofos da história (Hegel, Marx, Croce e Nietzsche) do século XIX. Partindo do pressuposto que todo trabalho de história é “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1995, 18), White analisa o estilo desses historiadores e filósofos. Por estilo, o intelectual norte-americano entende muito mais do que a mera forma de escrever ou de apresentar ideias. Estilo compreende as “figuras retóricas” (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), entendidas como “estratégias poéticas” que os historiadores se valem para produzirem seus textos, e “gêneros literários” (romance, tragédia, sátira e comédia), os quais estruturam o enredo ou a trama dos historiadores (WHITE, 1995, 11).

Hayden White, com uma sofisticada e intensa reflexão, disse aquilo que todos os historiadores já sabiam, embora não dessem muita atenção; “toda explanação histórica é retórica e poética por natureza” (WHITE, 1995 11). Para José D’Assunção, Hayden White mostrou que “a historiografia não é resultado primeiro de uma realidade externa, a ser atingida pelo historiador, mas de uma estruturação interna, da qual o próprio historiador não necessariamente se dá conta” (BARROS, 2010, 11). Assim como toda narrativa literária, a narrativa historiográfica também teria elementos retóricos e

poéticos, fruto de uma ordenação interna, textual. Investigando as estruturas retóricas e poéticas da historiografia, White acredita ser possível identificar o que chama de “imaginação histórica”, subtítulo do seu livro de 1973.

Tais ideias de Hayden White, realimentadas em textos posteriores que são ainda mais incisivos na aproximação entre história e literatura<sup>1</sup>, repercutiram bastante na historiografia Ocidental, ao ponto de Roger Chartier dizer que a história nos anos 1980 estaria “a beira da falésia” (CHARTIER, 2009, 12). De fato, a década de 1980 seria para diversos historiadores um período de “crise dos paradigmas”, ou seja, as crenças paradigmáticas (verdade, objetividade, evidência, entre outras) da história, que durante muito tempo estabilizaram o ofício dos historiadores, estariam abaladas, gerando um clima de “incertezas e inquietudes”. Os anos 1980, do ponto de vista do debate teórico na historiografia, foi marcado por diversas respostas a obra de Hayden White. Esperava-se abafar a crise respondendo a um dos elementos instauradores dessa mesma crise.

Dessa forma, podemos especular que devido ao impacto das produções de Hayden White, as quais “revelaram” os vínculos íntimos entre história e literatura, o debate sobre estes dois saberes tem sido marcado pela discussão teórica, pela reflexão epistemológica que perscruta ou as especificidades da história ou as semelhanças deste com a literatura. O foco é sempre a história enquanto conhecimento. E assim não damos muito importância para questões mais práticas, nos perdendo em elucubrações defensivas (“a história é ciência”) ou ofensivas (“a história é ficção”)<sup>2</sup>. Apesar deste debate ser bastante pertinente, ele não constitui o único possível. Há outras questões a se pensar, quando se trata de história e literatura. E o presente texto procura justamente trazer uma outra dimensão desse diálogo. Em vez de adentrarmos em uma seara teórica, pretendemos fazer um exercício mais prático, em um território preciso e delimitado.

---

<sup>1</sup> As referências aqui são os “trópicos do discurso”, publicado originalmente em 1978 e “the content of the form”, cuja primeira edição é de 1987. Conferir: WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EDUSP, 2001. E WHITE, Hayden. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987.

<sup>2</sup> Sobre esse debate, a nível dos historiadores, as referências são muitas, em virtude da longa data desta discussão. Para citar somente os textos que apresentam uma resposta a Hayden White, consultar: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 37-45. ; Cf. GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto – 2006, p. 211- 231. ; CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**: história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Edição Universitária/UFRGS, 2002. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119.

No presente texto, ocupamos-nos com a questão da historicização da literatura. Almejamos discutir duas maneiras de historicizar as obras literárias, a partir da discussão de alguns trabalhos que tomaram como objeto a obra do romancista paraibano José Lins do Rego<sup>1</sup> (1901-1957). Dialogaremos com uns estudos de historiadores e críticos literários que se debruçaram sobre diversos romances deste autor, procurando explicitar como eles historicizaram a obra literária, como deram um “chão social e histórico” às produções literárias do autor de *Fogo morto* (1943). Nosso objetivo é perceber como duas tendências disciplinares – história e literatura – historicizam a obra de José Lins, sublinhando algumas de suas fragilidades.

Estruturamos o texto basicamente em dois grandes momentos: em um primeiro, discutimos a proposta de historicização discursiva, destacando como esta historiciza os romances de José Lins, para em seguida pontuarmos alguns limites dessa proposta; em outro momento, partimos para a análise de uma outra proposta de historicização, também procurando mostrar a maneira como historiciza as obras literárias. Aqui também pontuamos algumas fragilidades. Nosso intento é sempre ver como estudiosos dos campos da Letras e História inserem a literatura em um “solo histórico”. Acreditamos que quando se trata de história e literatura, o problema da historicização é fundamental, constituindo-se como um tema que deve estar sempre presente na agenda de discussão dos historiadores e literatos. Se a história muito tem de literatura, talvez esta tenha muito mais ainda daquela.

## **1. HISTORICIZAÇÃO DISCURSIVA**

A primeira maneira de historicizar a literatura que trataremos neste texto diz respeito a uma praticada por dois historiadores nacionais. Trata-se dos estudos de Durval Muniz e Iranilson Buriti, os quais, a partir de diferentes temáticas, se depararam com a obra literária de José Lins. O estudo do primeiro consistiu na investigação da região hoje chamada de Nordeste. Apoiando-se nas ideias do filósofo francês Michel

---

<sup>1</sup> Este texto é fruto de uma pesquisa maior, na qual o autor investiga a construção simbólica do engenho senhorial nordestino na obra literária de José Lins do Rego. Por isso que a discussão é montada a partir deste romancista.

Foucault<sup>1</sup>, Durval Muniz procura estudar a emergência de um recorte regional, as condições de possibilidade da irrupção da região nordestina; quando e como esta surgiu? Quais os mecanismos de saber e poder que a engendraram? São as perguntas norteadoras do trabalho deste historiador, trabalho esse fruto de uma tese de doutorado, defendida em 1994 na Unicamp.

Segundo Durval Muniz, a invenção do Nordeste se deu a partir de uma série de práticas discursivas e não discursivas, as quais foram possibilitadas a partir de uma nova “formação discursiva” que se impôs no Brasil no final do século XIX e décadas iniciais do século XX. Por uma “formação discursiva” o autor entende “um conjunto de regras de enunciação, sustentado por determinados dispositivos e que estruturam e orientam uma série de discursos, produzindo uma regularidade discursiva” (ALBUQUERQUE, 2009, 37). Tal conceito, retirado da obra de Foucault, indica a instância que condiciona os discursos, que os põem em movimento e os faz circular de uma dada maneira. Todo discurso está dentro de uma ordem, de uma formação discursiva, a qual lhe permite e lhe interdita certas coisas (Foucault, 1996).

Os discursos que inventaram uma espacialidade regional como Nordeste estão dentro dessa formação discursiva. Eles foram possíveis graças a este elemento histórico que o precedeu. Desse modo, a literatura, assim como vários outros discursos, aparecem como produtos de uma formação discursiva que Durval Muniz chama de “nacional-popular”, isto é, uma instância reguladora que estrutura os discursos colocando na ordem do dia o “pensar a nação”, a identidade nacional. É assim que o autor em questão historiciza os romances de José Lins; como um discurso dentro de uma formação discursiva que o permitiu e o estruturou.

No livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (1994), a obra de José Lins é colocada ao lado de uma série de outros discursos (sociológicos, históricos, literários, entre outros) que, inserido em uma formação discursiva, participam da invenção de uma

---

<sup>1</sup> Durval Muniz apoia-se em vários conceitos e trabalhos de Michel Foucault e ainda em certos comentadores da obra deste filósofo. Porém, a influência do pensamento de Foucault que mais se destaca no historiador em questão é a noção de genealogia: “A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos [...]; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam”. Cf. FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 95.

região. A historicidade da obra romanesca do autor de *Menino de engenho* (1932) é mostrada a partir de sua vinculação com vários outros discursos que estão submetidos a mesma ordem discursiva. É esse o chão histórico-social que Durval Muniz dá aos escritos literários de José Lins; fazem parte do que poderíamos chamar de uma “rede discursiva” que forja o que conhecemos hoje como região Nordeste. Daí porque Durval Muniz diz que “pouco se levou em conta a trajetória de cada indivíduo” (ALBUQUERQUE, 2009, 42)<sup>1</sup>. O que interessa não são as histórias de vida, mas sim os discursos produzidos e a vinculação destes a uma ordem discursiva.

Essa maneira de historização, que toma a literatura como um discurso incluído em uma formação discursiva, também é posta em prática por Iranilson Buriti, em um trabalho intitulado *Gritos de vida e de morte: a construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República* <sup>2</sup>. Este estudo aborda a ideia de decadência do patriarcado rural nortista na Primeira República (1889 – 1930). Trata-se de um trabalho sobre a identidade desse grupo social, que procura investigar as condições históricas que possibilitaram tal construção identitária; quais as práticas discursivas e não discursivas que gestaram essa visibilidade e dizibilidade do patriarcado rural nordestino? Tal é a problemática chave do estudo.

Tomando como fonte principal os discursos “oficiais” <sup>3</sup>, o foco do trabalho é historicizar a noção de decadência da elite rural nortista. E é justamente aqui que entram os romances de José Lins do Rego. Diferentemente do estudo anterior, que se debruçou sobre toda a obra romanesca de José Lins<sup>4</sup>, Iranilson Buriti aborda somente os romances que integram o “ciclo da cana de açúcar” (*Menino de engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *O moleque Ricardo*, *Usina e Fogo morto*). Os romances do literato paraibano também aparecem aqui como produto de uma série de outros discursos que forjaram o patriarcado rural enquanto grupo social em declínio. José Lins entra como aquele que

---

<sup>1</sup> Mais na frente veremos que, para uma certa maneira de historicização, essa preocupação com o indivíduo é central.

<sup>2</sup> Fruto de uma dissertação de mestrado, defendida em 1997 no programa de pós graduação em história da UFPE. Foi orientada pelo professor Durval Muniz. Como este, Iranilson Buriti também se apoia fortemente nos aportes teórico-metodológicos de Michel Foucault.

<sup>3</sup> Relatórios de Estado (Paraíba e Pernambuco), Relatório do Ministério da Agricultura, discurso da Câmara dos Deputados, discurso Jornalístico.

<sup>4</sup> *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), *Pureza* (1937), *Pedra Bonita* (1938), *Riacho Doce* (1939), *Água mãe* (1941), *Fogo Morto* (1943), *Eurídice* (1947), *Cangaceiros* (1953) e *Meus verdes anos* (1956)

não só continua um discurso, mas que consolida este, que dá uma roupagem final a imagem decadentista do patriarcado agrário do Nordeste. Por isso a discussão sobre os romances do autor de *Fogo Morto* (1943) só aparece no último capítulo, intitulado “o romance da decadência” (OLIVEIRA, 1997, 118-156). Segundo Iranilson Buriti, as primeiras obras literárias de José Lins

foram resultantes de uma vasta produção discursiva que começou a circular no país ainda no final do século XIX e que, paulatinamente, foi se afirmando no seio social, participando do processo de construção do sentimento de decadência da elite nortista (OLIVEIRA, 1997, 150).

Dessa forma, situa-se os romances do “ciclo da cana de açúcar” dentro de uma gama de discursos que constroem uma determinada identidade do patriarcado rural nortista. Os romances do autor de *menino de engenho* (1932) são expressão de uma “regularidade discursiva”, a saber, de um conjunto de textos e enunciados que atribuem as mesmas significações a elite nortista. José Lins, com seus romances, foi também um construtor da ideia de decadência do patriarcado agrário nordestino. A historicização aqui é muito parecida com a de Durval Muniz. Se no trabalho deste os romances participam da invenção do Nordeste, no caso de Iranilson Buriti eles entram como construtores de uma certa imagem da elite desta região. Em ambos os casos, no rastro dos trabalhos de Foucault, os romances aparecem como positivities criadoras, e não como “testemunhos do Real” ou “representações”. Seguem Foucault quando o filósofo diz que a “arqueologia se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento” (FOUCAULT, 1995, 159).

Portanto, a historicização de Iranilson Buriti, semelhante a de Durval Muniz, consistiu em colocar os romances de José Lins em um “con-texto”; articulam-se em uma série de textos que emergiram desde o final do século XIX. Os dois estudos aqui apresentados resumidamente tratam a literatura como um discurso que, ao lado de outros discursos e submetido a uma estrutura discursiva, forjam espacialidades – no caso de Durval Muniz - e identidades sociais – para Iranilson Buriti. Entendem discursos como práticas que constroem realidades, e não como representações de um referente exterior. Os dois historiadores historicizam os romances do literato paraibano recorrendo a noção de discurso, pensada a partir das contribuições do autor de *Vigiar e Punir* (1975). São, pois, frutos do “efeito-Foucault na historiografia brasileira” (RAGO, 1995, 67-82).

Como todo tratamento histórico, a historicização discursiva possui suas limitações. Uma que gostaríamos de chamar a atenção neste texto consiste em um certo apagamento do sujeito. O tipo de historicização via discurso, praticado por Durval Muniz e por Iranilson Buriti, esfria consideravelmente o papel dos sujeitos, a trajetória e o percurso de vida deste. O objeto de análise no trabalho daqueles dois historiadores é muito mais os discursos, os textos do que a experiência de vida dos diferentes autores que analisam. A vivência dos indivíduos entra no discurso historiográfico apenas à nível de informação, de rápida contextualização. Ambos historiadores discorrem um pouco sobre a vida de José Lins, é certo, mas o fazem apenas como “primeira aproximação”, como mero reconhecimento do romancista. A historicização dos romances não vem pela vida do sujeito, mas sim pelo discurso que este empreendeu e que está dentro de uma estrutura maior <sup>1</sup>.

O que dissemos acima não vale apenas para José Lins do Rego, mas para quase todos os literatos trabalhados na tese de Durval Muniz. Vejamos como este inicia a discussão sobre um outro romancista: “José Américo de Almeida nasceu no Engenho Olho d’Água, município de Areia, na Paraíba, em 1887. A *Bagacira* é seu livro de maior repercussão. Uma obra nitidamente de transição entre duas estéticas: naturalista e modernistas. Este romance aborda a transição entre duas sociabilidades; a patriarcal e burguesa” (ALBUQUERQUE, 2009, 156). Temos aqui apenas dois dados da vida do literato (ano e local do nascimento) e a abrupta passagem para a análise do discurso (o romance). Isso porque Durval Muniz não está preocupado com a vida de José Américo, uma vez que entende que a historicização de sua obra literária advém da “formação discursiva nacional-popular” na qual insere. Não se perde muito tempo com o autor, com a experiência de vida deste. O essencial é o discurso, é a escrita e não quem a escreveu<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Devido a muita ênfase no discurso e a pouco no autor, do trabalho de Durval Muniz, Flavio Lucio R. Viera, em um instigante e polemico artigo, chega ao ponto de dizer que aquele historiador transformou o discurso em uma “teia inescapável, da qual ninguém, nem nas artes nem na academia, conseguiu escapar, a não ser, pelo visto, o próprio Durval Muniz. Surpreendentemente, mesmo os marxistas, até então reconhecidos como os mais vorazes críticos do regionalismo, estavam, sem que tivessem percebido, eles também, envolvidos por essa malha discursiva arrebatadora”. Conferir: VIEIRA, Flávio L. R. A teia inescapável do regionalismo nordestino: a invenção do Nordeste e outras artes. In: **Conceitos**-Revista da ADUFPB. João Pessoa, nº 5, p.53-63, janeiro/junho.

<sup>2</sup> Sobre isso, é interessante reproduzir uma citação que marca bem o pensamento de Foucault, do qual Durval Muniz e Iranilson Buriti muito beberam: “Exprimindo seus pensamentos em palavras de que não são senhores, alojando-se em formas verbais cujas dimensões históricas lhes escapam, os homens, crendo que seus propósitos lhes obedecem, não sabem que são eles que se submetem às suas exigências”.



Tal procedimento histórico, tão bem exemplificado pelo livro “a invenção do Nordeste e outras artes”, rejeita conscientemente a trajetória de vida do autor, os caminhos e descaminhos que percorreu. Em nome do discurso, relativiza-se o autor. Com isso, perde-se em especificidade, em momentos de vida do autor que foram cruciais para a produção de seus discursos. É assim que vemos tanto Durval Muniz quanto Iranilson Buriti silenciarem sobre os significativos anos alagoanos de José Lins (1926-1935), quando desfrutou de uma roda literária que contava com Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge de Lima, Aurélio Buarque e muitos outros homens ilustres. Suas lentes históricas não puderam vislumbrar este momento, que o próprio Zé Lins diz ter sido essencial para sua obra, porque estavam voltadas para o discurso e não para a vida do autor, e não necessariamente porque abordavam um outro objeto ( a invenção do Nordeste no caso de um, e a identidade de uma classe, no caso de outro). Não é tanto pelo fato de Durval Muniz e Iranilson Buriti abordarem um outro objeto que se explica a não consideração da trajetória sujeito, mas sim em virtude de uma opção teórico-metodológico.

Sendo assim, uma limitação da historicização discursiva que pode ser apontada diz respeito a pouca consideração do indivíduo, do que este passa em certos momentos de sua vida. Iluminando o discurso e a ordem discursiva da qual o primeiro é produto, deixa-se na penumbra a experiência de vida do autor, as particularidades da experiência do sujeito. O ganho está muito mais na generalidade do que na especificidade.

## 2. HISTORICIZAÇÃO BIOGRÁFICA

Antes de apresentarmos nossa segunda maneira de historicização, cumpre ressaltarmos o que entendemos por “biografia”, de modo que a expressão que tomamos como título deste tópico fique mais clara. Pensamos a biografia aqui no sentido que o sociólogo francês Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”: “conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história” (BOURDIEU, 1996, 74). Por biografia entendemos a perspectiva que articula a vida como

---

Conferir: FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 314. Como se vê, o homem aqui, o indivíduo, é um ser não consciente dos processos que o atravessam.

uma trajetória com início, meio e fim, como se fosse uma corrida. O tipo de historicização que iremos agora expor baseia-se neste entendimento de biografia. Os representantes que escolhemos são do campo da crítica literária e historicizam as produções literárias de José Lins recorrendo a vida – no sentido de trajetória - deste escritor.

O primeiro estudo de grande fôlego sobre José Lins do Rego apareceu em fins de 1958, com a tese de livre docência para a cadeira de literatura brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. Trata-se da tese de José Aderaldo Castello<sup>1</sup>, intitulada *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. Publicada em 1961 como livro, a tese procura dar conta de toda a obra de Zé Lins publicada até então, abarcando tanto os romances quanto as crônicas literárias. O objetivo de Castello é sistematizar uma apreciação crítica da obra de José Lins, situando-a dentro das aspirações e características do Modernismo nacional. Para o autor em questão, os romances do literato paraibano podem ser vistos como modernistas, na medida em que possuem o desejo de renovar as letras nacionais. Modernismo e Regionalismo são chaves complementares de leitura da obra de Lins do Rego.

Percorrendo todos os romances de Zé Lins, a tarefa que Castello se impõe é mapear a dimensão modernista dos escritos do literato paraibano. Fato esse que comprovaria o pressuposto inicial da tese; “Modernismo como um amplo movimento nacional de renovação da cultura brasileira” (CASTELO, 1961, 15). Parece que a grande preocupação do trabalho é muito mais o Modernismo do que a análise dos romances de Zé Lins. Este aparenta entrar na discussão para comprovar uma determinada ideia sobre o movimento inaugurado em 1922.

No livro de Castello, pouco há de discussão histórica. O único capítulo que foge um pouco dessa dimensão literária é o segundo, no qual Castello discute “as origens e a formação” do literato paraibano<sup>2</sup>, sublinhando a trajetória de menino de engenho e

---

<sup>1</sup> José Aderaldo Castello nasceu em Mombaça - Ceará, em 02 de outubro de 1921. Cursou Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, durante os anos de 1941 e 1944. Nesse mesmo ano, começou a trabalhar como professor-assistente da cadeira de Literatura Brasileira. Durante muito tempo foi professor desta disciplina na USP. Foi também colaborador da revista Anhembi e, entre 1967 e 1981, diretor do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 71-97. Só o fato de intitular esta parte de “origens e formação” já indicia, ao nosso ver, uma certa compreensão de historicização da obra de José Lins do Rego. Falar em *origem* supõe um começo, um início, um ponto primevo onde tudo começou, onde se pode ter uma *formação*. Sobre essa discussão ver

estudante da Faculdade de Direito do Recife como elementos chaves para a constituição de Zé Lins como escritor regionalista e modernista. Não vemos no crítico literário ora em análise uma preocupação consistente com a historicidade da obra literária, com os fenômenos históricos mais gerais que condicionaram a produção romanesca de José Lins. Isso porque José Aderaldo reduz a historicidade da literatura ao indivíduo, ao sujeito. Por isso apontamos que pratica uma historicização biográfica, isto é, ao nível da vida do sujeito. O olhar analítico não vai muito além desta figura.

São as experiências acumuladas ao longo da existência pelo sujeito José Lins que explicam suas obras literárias. Castello começa sua historicização pelo início da vida de José Lins, quando este era um menino de engenho, que vivia solto no banguê Corredor, do seu avô, e ouvia as diversas histórias contadas pelas negras ex-escravas: “é nessas condições que se fixam, durante a fase da infância, os elementos e valores fundamentais que dão origem à sua obra de ficção” (CASTELO, 1961, 57). Tal como o discurso biográfico estipula uma origem, um ponto inicial, faz o autor: “podemos afirmar, então, em generalização inicial, que a fonte do conteúdo psicológico de sua obra é a experiência acumulada nos seus “tristes verdes anos”, na condição peculiar em que se encontrou junto aos avós e tios maternos” (CASTELO, 1961, 72).

A historicização dos romances de José Lins, para Castello, deve ser buscada no indivíduo, no próprio autor das obras. A proposta para perceber a historicidade é entender a vida do sujeito, as experiências pelas quais passou: “toda a experiência da infância [...] é enriquecida ainda pelos estudos iniciais, bastante irregulares, seguidos pela permanência de três anos no internato Nossa Senhora do Carmo” (CASTELO, 1961, 83). O sujeito é o fio condutor e explicador da obra de José Lins do Rego. O crítico literário ora em foco vai acompanhando toda a trajetória de vida do romancista paraibano, percebendo as experiências marcantes, para apontar a historicidade da literatura.

Tal como José Aderaldo Castello, Ivan Bichara Sobreira<sup>1</sup>, em seu livro *o romance de José Lins do Rego*, de 1971, procede. Preocupado em fazer uma análise estritamente

---

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990. E ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rio: sobre história e invenção. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, 19-39.

<sup>1</sup> Nascido no interior da Paraíba, Ivan Bichara Sobreira (1918 - 1998) foi um político e escritor brasileiro. Embora não tenha formação em literatura, mas sim em Direito (1945), curso esse que fez no Rio de

literária dos romances de José Lins<sup>1</sup>, este crítico literário também aloja no indivíduo a explicação histórica da obra literária. Segundo Sobreira, “um romancista se faz do que ouve, do que vê, do que sente, do que leu” (SOBREIRA, 1971, 24). Como se percebe, o foco de historicização está na pessoa, no que este faz, nas experiências que tem durante a vida. É o autor explicando a obra. Esta como produto daquela.

Assim como o primeiro crítico literário que analisamos, Sobreira também diz que a meninice de José Lins constitui-se como uma explicação de seus romances: “podemos ver na infância do artista os traços, as marcas, os sinais do homem José Lins do Rego” (SOBREIRA, 1971, 32). Este parece radicalizar ainda mais o discurso biográfico, na medida em que à noção de trajetória acrescenta um forte teleologismo, um sentido prometido desde sempre, o passado anunciando o futuro (BOURDIEU, 1996, 74-75). A ênfase no sujeito leva o crítico literário a despencar para uma historicização teleológica, a qual vê no passado os germes do futuro, a linearidade temporal<sup>2</sup>.

Portanto, a segunda proposta de historicização, praticada por alguns críticos literários, focaliza a explicação dos romances de José Lins do Rego na própria vida deste. É no *cursus* da vida do sujeito que é procurada a historicidade das obras literárias. Trata-se de uma historicização biográfica, uma vez que centrada na vida do homem, entendida como uma caminhada, um percurso em uma estrada cheia de eventos e pessoas. Tal proposta está bem distante da primeira que apresentamos, segundo a qual os romances eram tidos como discursos gerados por uma estrutura discursiva anterior. Na historicização biográfica, os romances não são pensados como discursos, mas como produtos de um autor, autor este formado ao longo da vida. Se na primeira historicização o fio condutor da explicação histórica é dada a partir da interação entre

---

Janeiro, pode ser visto como um representante da crítica literária, na medida em que reivindicou para si esse lugar de fala, vide suas obras “função criadora da crítica literária” (1978) e “José Viera e os caminhos do seu romance” (1980). Além do livro sobre José Lins do Rego “O romance de José Lins do Rego” (1971).

<sup>1</sup> “Buscamos, com paciência e isenção, destacar o que está feito”. O autor parece apontar que o objeto de estudo da crítica literária é o texto, a obra, “o que está feito”. SOBREIRA, Ivan Bichara. **O romance de José Lins do Rego**. Editora universitária UFPB: João Pessoa, 1971. p. 38

<sup>2</sup> Um outro crítico literário que poderíamos apontar que recorre a esta proposta de historicização teleológica é Wilson Lousada. Este, apresentando o romance “O moleque Ricardo”, de José Lins, diz o seguinte: “O menino José nascido aos 3 de Junho de 1901, no engenho Corredor, município de Pilar, Estado da Paraíba, já trazia consigo outras raízes que iria acrescentar a essas heranças de sangue e terra” (grifos nossos). Focando no sujeito, atribuído a este uma essência inescapável que já anuncia o futuro. Conferir: LOUSANDA, Wilson. Breve notícia-vida de José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. Jose Olympio: 8.Ed. Rio de Janeiro, 1970.

discurso e formação discursiva, na segunda a chave para historicizar os romances vem da articulação entre vida e obra.

Uma limitação da historicização biográfica que gostaríamos de apontar diz respeito a ênfase dado ao indivíduo. Se a proposta de historicização discursiva pouco espaço reservava para o sujeito, a historicização biográfica supervaloriza este, o que leva muitas vezes a repetir o que o próprio autor disse de sua obra. Assim, se Zé Lins colocou sua obra debaixo do céu sociológico de Gilberto Freyre, repete-se que o período em que aquele passou na companhia deste foi fundamental para o autor de *Menino de engenho* (1932). Perde-se em criticismo. Isso é uma primeira limitação a ser apontada, pois muitos críticos literários incorrem, ao nosso ver, nesse procedimento. É oportuno dizer que o próprio José Lins nos deixou o aviso de que “um romancista é muitas vezes o instrumento apenas de forças que se acham escondidas no seu interior” (REGO, 2010, I)<sup>1</sup>. Nem tudo é revelado pela experiência de vida do sujeito.

Enfatizar a trajetória de vida do autor também leva a perder de vista processos históricos mais gerais e mais silenciosos, dos quais o autor não necessariamente se apercebe. A historicização biográfica, diferentemente da historicização discursiva, opera com um foco analítico bastante reduzido, na medida em que a experiência de vida do indivíduo é a bússola da pesquisa. No caso de José Lins do Rego, não vemos José Aderaldo Castello nem tampouco Ivan Bichara apontar aquilo que um sociólogo apontou: a influência do mercado editorial que, nos 1930, surgia cooptando os escritores nacionais e possibilitando suas obras literárias (MICELI, 2005, 69-291). Os dois críticos literários não puderam observar as questões mais gerais que margeavam a produção literária de Zé Lins porque seus focos de análise se restringiam a experiência de vida do romancista. Esta foi o guia para se enveredar na extensa floresta literária de José Lins do Rego.

Exemplificando esse foco analítico restrito, podemos apontar a advertência que abre o livro de Ivan Bichara: “aceitamos a sugestão da crítica moderna ao recomendar que a obra literária seja considerada possuidora de plena autonomia, com carreira e destinos próprios” (SOBREIRA, 1971, 12). Ora, para analisar os romances de José Lins, o crítico literário se fechará no “puramente literário”, só “saindo” do texto quando for

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma nota introdutória a primeira edição.

discutir as raízes dos romances daquele romancista. Vemos aqui uma certa ambiguidade: para historicizar, apela-se ao sujeito, mas para analisar recorre-se tão somente ao texto, como se o autor não fosse importante para a discussão da obra literária. Uma hora focaliza-se no indivíduo e em outra no “puramente literário” e assim o olhar analítico permanece engessado.

Dessa forma, a historicização biográfica perde no que a historicização discursiva ganha, a saber: a generalidade. Podemos dizer que esta última proposta dá conta mais dos processos gerais, ao passo que aquela abarcar mais os fenômenos particulares. Uma historiciza a obra literária a partir de processos históricos mais amplos que a conduzem, que a fazem aparecer, e outra historiciza os romances mediante situações mais precisas e pontuais.

### 3. UMA TERCEIRA PROPOSTA DE HISTORICIZAÇÃO?

Pensamos que uma proposta de historicização mais eficiente seja aquela que procure combinar o geral e o particular, que tente apreender os fenômenos históricos que indiretamente atuam na irrupção de uma obra literária e aqueles outros momentos históricos que diretamente incidem nela. Pensar a literatura como um discurso, mas como um discurso que possui um autor que não é somente uma “função do discurso” (FOUCAULT, 2000), que possui uma trajetória sinuosa de vida, pode ser a base para se erigir uma proposta de historicização mais equilibrada, que permita se esquivar da sedução dos generalismo e igualmente dos perigos do particularismo.

Um exemplo relativo a esta proposta de historicização mais equilibrada encontramos no crítico literário Edward Said. Este autor, proveniente do campo das letras e muito influenciado pelas ideias de Michel Foucault <sup>1</sup>, trata a obra literária como um discurso dentro de uma estrutura maior, mas sem desprezar a autoria, levando em conta a experiência, conhecimento e “lugar sociopolítico” do escritor. Tal opção o leva manter um certo distanciamento em relação ao filósofo francês; “ao contrário de Michel

---

<sup>1</sup> Said publicara seu *Orientalismo* em 1978, três anos após a publicação de *Vigiar e punir*, de Foucault. O próprio Said manifesta, naquele livro, a influencia deste, mediante a noção de discurso. Conferir: SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 29.

Foucault, a cuja obra devo muito, acredito na marca determinante de escritores individuais sobre o que seria de outro modo um corpo coletivo e anônimo de textos a constituir uma formação discursiva como o Orientalismo” (SAID, 1995, 54). Como se vê, Said acredita no papel do sujeito, do indivíduo na produção dos textos. Esse posicionamento fica mais claro em uma outra obra, de 1993, onde se debruçará com mais afinco sobre romances, intitulada *Cultura e imperialismo* (1993) <sup>1</sup>.

Em *Cultura e imperialismo*, Edward Said procura analisar os vínculos entre a produção cultural europeia do final do século XIX e início do XX com a dominação imperial. Nesse sentido, seleciona inúmeros romances ingleses, franceses e norte-americanos, a fim de mostrar o papel destas obras literárias na difusão e consolidação da “estrutura de atitudes e referências” do Imperialismo europeu. Ao contrário de *Orientalismo*, que possui um corpo documental vastíssimo, no livro ora em análise o recorte documental é mais preciso e delimitado. Segundo Said, a crítica literária e outros estudos acadêmicos, têm negligenciado os nexos entre literatura Oitocentista e Imperialismo (SAID, 1995, 13).

Nesse sentido, Said trata as produções literárias de autores como Joseph Conrad, Rudyard Kipling, E.M. Foster, Jane Austen, Dickens e muitos outros como uma “forma cultural”, isto é, como uma produção cultural no campo da arte, na qual o particular e geral atuam. Vejamos seu método de trabalho:

Meu método é focar ao máximo possível algumas obras individuais, lê-las inicialmente como grandes frutos da imaginação criativa ou interpretativa, e depois mostra-las como parte da relação entre cultura e império. Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais (SAID, 1995, 23).

Observemos que o “passo inicial” do crítico literário é o indivíduo, representado pela “imaginação criativa”, isto porque para Said todo texto traz, minimamente, a marca do seu autor, a qual deve ser considerada. O autor de *Orientalismo* (1978) vê o escritor como sujeito e objeto ao mesmo tempo, como um elemento que molda e é moldado pela sociedade, o que lhe permite compreender a obra literária no cruzamento de um sujeito, texto e sociedade.

---

<sup>1</sup> Neste livro, especulamos que a influência de Foucault já é bem menor em relação ao Orientalismo. Passados 15 anos do clássico de Said, este aparenta ter expandido suas reservas ao autor de Vigiar e Punir.

Dessa forma, Edward Said nos parece ser um excelente exemplo de um autor que pratica uma proposta de historicização de romances literários bem equilibrada, que leva em consideração tanto o sujeito quanto a estrutura. Exemplo de postura mais balanceada não poderíamos oferecer que não o que se segue: “Nenhuma leitura deveria tentar generalizar a ponto de apagar a identidade de um texto, um autor ou um movimento particular” (SAID, 1995, 105). O autor foge dos generalismos reducionistas, que se centra em um ou outro aspecto. Em vez disso, recomenda a confluência de elementos (o texto, o autor, a sociedade) para analisar uma obra literária. A historicização aqui é bem mais complexa do que nas duas propostas anteriormente discutidas.

A historicização discursiva e biográfica possuem limites que talvez possam ser aproveitados para a formação de uma terceira via de proposta de historicização, mais consciente do que uma proposta pode ganhar e do que pode perder. Para nós, a produção literária de José Lins nem é produto exclusivamente de uma formação discursiva anterior nem tampouco tão somente fruto da experiência do sujeito, mas sim de uma confluência desses fatores, de elementos mais gerais e mais particulares. A estrutura e o sujeito atuam no ato criador, se imbricam para forjar a obra literária, como bem mostra as discussões de Said. Combinar estas duas propostas de historicização, recolher seus pontos fortes, nos parecer ser uma maneira mais segura e eficiente de historicizar as obras literárias. A literatura nos seus condicionamentos gerais e particulares, tal será nossa busca, nosso horizonte de referência <sup>1</sup>.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As duas propostas de historicização discutidas neste texto possuem seus méritos e deméritos. À cada uma delas cabe, certamente, outras objeções além das colocadas aqui. Não foi nosso intuito apontar os problemas inerentes a cada uma delas, embora tenhamos esboçado algumas críticas. Deixamos para o leitor crítico a tarefa de encontrar outros furos, outras fragilidades nas propostas de historicização aqui discutidas, pois

---

<sup>1</sup> Optamos neste texto por apenas esboçarmos nossa proposta de historicização, uma vez que nossa pesquisa ainda está nos seus primeiros passos. A pesquisa histórica e o contato com as diferentes fontes ainda não nos possibilitou consolidar um procedimento de historicização dos romances de José Lins. Daí porque só a ensaiamos brevemente neste texto.



pensamos que nenhum texto esgota um conteúdo e se encerra na última página. O que almejamos fazer nestas breves linhas que já estão prestes a serem finalizadas foi discutir duas maneiras de explicar historicamente uma obra literária, sem dizer qual é a melhor ou qual é a pior, qual é a certa ou qual é a errada. Quisemos destacar que existem procedimentos para historicizar a literatura, aos quais historiadores e críticos literários recorrem. Quisemos explicitar que as obras literárias possuem um solo, que é ancorada em pontos concretos, os quais podem ser aferidos. Acreditamos que, quando se trata de história e literatura, “o que importa é adotar uma postura que veja, na literatura, uma forma de pensar a história” (PESAVENTO, 2002, 12), ou seja, a historicidade das obras literárias.

Certamente, haveria outros procedimentos a serem expostos, como por exemplo o dos sociólogos, que frisam grandes contextos sociais como geradores das obras literárias. Porém, como nossa discussão foi montada a partir da tensa relação entre história e literatura, decidimos optar apenas por propostas de historicização de estudiosos do campo das letras e história. Ponderamos que inserir uma outra proposta de historicização nos desvirtuaria da discussão que fizemos entre história e literatura. Ao final deste texto, esperamos ter chamado o leitor para dois elementos, com os quais queremos encerrar este texto.

Primeiramente, esperamos ter mostrado que a literatura não se constitui com um objeto que surge do nada, num momento qualquer, fruto de uma mente inventiva. Toda obra literária é gestada, seja a partir de uma série de discurso (historicização discursiva), da trajetória de vida de um sujeito (historicização biográfica) ou de um contexto social. Para nós historiadores, toda e qualquer obra literária deve ser pensada como um documento-monumento, tal qual nos recomenda Jacques Le Goff: “é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu” (LE GOFF, 1984, 544). Como um monumento, a literatura é algo que é esculpido peça por peça, em um dado momento por dadas forças.

E é isso que temos que ter em mente quando se trata de pensarmos em literatura e história. Como historiadores, não podemos nos preocupar apenas com a questão da cientificidade de nosso saber, dado que a ciência nos dias de hoje já não desfruta do prestígio que um dia tivera. A literatura pode nos colocar ou incitar outros problemas. E

um problema vital é a questão de sua historicidade, haja vista que corre no senso comum e até em análises acadêmicas a ideia de que as obras literárias possuem uma “autonomia”<sup>1</sup>, devendo ser vistos como algo em si mesmo, como se fossem objetos descolados da sociedade. Diante dessa postura quase sacral em relação à literatura, os historiadores deveriam exercer uma postura de profanação: trazê-la para o mundo demasiado humano, para o universo dos seres mortais, para o rés do chão das coisas temporais e finitas.

**Recebido em: 06/10/2012**

**Aceito em: 06/01/2013**

---

<sup>1</sup> Vide a advertência do livro do crítico literário. Consultar citação da nota 38.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rio: sobre história e invenção. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, 19-39.
- BARRO, José D'Assunção. História e literatura: novas relações para novos tempos. In: **Contemporâneos: revista de artes e humanidades**, Nº 6, Mai-Out 2010. p. 11-35.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação, Ed. Papirus, SP, 1996.
- CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. São Paulo: Edart, 1961.
- CHALOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.). **A História contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. **História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 4. ed. Lisboa: Vega, 2000.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi: Memória – História**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. v. 1.
- LIMA, Luiz Costa. Perguntar-se pela escrita da história. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22. Nº 36: p. 395-423, jul/dez, 2006.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45). In: **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e de morte: a construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República**. Dissertação apresentada ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. Pedra e o sonho. In: **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. 2.ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

RAGO, Margareth. Efeito-Foucault na historiografia Brasileira. Revista **Tempo social**, Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, Outubro de 1995.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

SOBREIRA, Ivan Bichara. **O romance de José Lins do Rego**. . Editora universitária UFPB: João Pessoa, 1971.

VIEIRA, Flávio L. R. A teia inescapável do regionalismo nordestino: a invenção do Nordeste e outras artes. In: **Conceitos** - Revista da ADUFPB. João Pessoa, nº 5, p.53-63, janeiro/junho.

WHITE, Hayden. A poética da história. In: **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.